



**Demonstrações Financeiras preparadas
de Acordo com Práticas Contábeis
Adotadas no Brasil - Aplicáveis às
Instituições Financeiras**

**Conglomerado Prudencial do Banco
Original S.A.**

30 de Junho de 2016

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	3
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Descrição das Principais Práticas de Combinação	10
Nota 4 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 5 . Disponibilidades	13
Nota 6 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13
Nota 7 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	13
Nota 8 . Relações Interfinanceiras	17
Nota 9 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Nota 10 . Outros Créditos	19
Nota 11 . Outros Valores e Bens	21
Nota 12 . Participações em Coligadas e Controladas	22
Nota 13 . Imobilizado de Uso	22
Nota 14 . Intangível	23
Nota 15 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	23
Nota 16 . Obrigações por Empréstimos	24
Nota 17 . Outras Obrigações	25
Nota 18 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	25
Nota 19 . Patrimônio Líquido	26
Nota 20 . Limites Operacionais	27
Nota 21 . Partes Relacionadas	27
Nota 22 . Receitas de Prestação de Serviços	28
Nota 23 . Despesas de Pessoal	29
Nota 24 . Outras Despesas Administrativas	29
Nota 25 . Despesas Tributárias	29
Nota 26 . Outras Receitas Operacionais	29
Nota 27 . Outras Despesas Operacionais	29
Nota 28 . Resultado não Operacional	30
Nota 29 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 30 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	30
Nota 31 . Outras Informações	31
Relatório do Comitê de Auditoria	32

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A (Conglomerado) para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício e semestre findos em 30 de junho de 2016, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

• **Desempenho nos Negócios**

1. Resultados

Em 30 de junho de 2016, conglomerado apresentou lucro no semestre de R\$ 19.279, contra um lucro de R\$ 55.674 apresentado no primeiro semestre de 2015. A queda do resultado é decorrente do aumento de custos pelo lançamento do Banco Digital

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 7.406.433 (30/06/2015 - R\$ 5.676.142) e é representado principalmente por:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Aplicações Interfinanceiras	944.075	541.518
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros e Derivativos	1.034.001	1.406.009
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	4.243.411	3.081.489

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, a carteira de crédito e carteira com característica de operação de crédito, ao término do semestre, atingiram R\$ 4.243.411; o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 100.030, correspondente 2,36 % da carteira total; em junho de 2015, correspondiam a R\$ 3.081.489 e R\$ 110.582, respectivamente.

O crescimento de 38% da carteira de operações de crédito decorre da expansão dos segmentos corporate e agronegócio e da aplicação da política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao nosso portfólio um mix de clientes e produtos de menor risco como demonstrados pelos indicadores a seguir:

- 65% da carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 94% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal

Ainda com relação ao desempenho do novo direcionamento de negócio, apesar do expressivo crescimento da carteira de crédito, nossa despesa com provisão de crédito teve redução de 45%, em função da melhora da qualidade do portfólio, evidenciado no índice de carteira vencida a mais de 90 dias que reduziu de 2,4% para 1,1%. Mesmo com a queda no montante de despesa da provisão de crédito nosso índice de cobertura, apurado pela relação entre o saldo de provisão e os créditos vencidos acima de 90 dias aumentou de 150% para 211%

- Diminuição na despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R\$ 54.250 em 30/06/15 para R\$ 29.880 em 30/06/2016;
- Um índice de Cobertura de 211%, ou seja, os saldos de provisões de crédito cobrem duas vezes a Carteira com atraso superior a 90 dias;

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 2.205.481 (30/06/2015 - R\$ 2.138.391), composto da seguinte maneira:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Capital Social	2.130.001	2.207.465
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.140)	(8.612)
Reservas de Lucros	-	1.736
Prejuízos Acumulados	(57.595)	(62.198)
Participação minoritários	134.215	104.884

• **Expansão dos Negócios**

Em agosto de 2015 O Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação do Banco Original S.A. no capital social da Miralta Serviços S.A, empresa de arranjo de pagamentos que controla a carteira virtual de smartphone PicPay. Em 29 de abril de 2016 sua denominação social foi alterada para Picpay Serviços S.A.

Em 25 de novembro de 2015 a autoridade monetária da Ilha de Cayman autorizou a abertura da agência no exterior do Banco Original S.A .

Em 04.01.16 a Comissão de Valores Mobiliários autorizou o Banco Original S.A a prestar os serviços de custódia de valores mobiliários.

Todas aprovações acima proporcionam a ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Conglomerado.

Em 22 de dezembro de 2015 a Original Promotora Ltda teve sua denominação social alterada para Original App Ltda e passou a prestar serviços relacionados a créditos concedidos por terceiros, serviços de teleatendimento e serviços de contatos telefônicos relacionados aos serviços ofertados e desenvolvimento de programas de computador relacionados a produtos e serviços oferecidos por terceiros no mercado virtual.

• **Agência de Rating**

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Conglomerado. A tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+
Moody's ⁽²⁾	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's ⁽³⁾	brA-3	brBBB	-	-

(1) Agosto 2016

(2) Julho 2016

(3) Abril 2016

• **Governança Corporativa**

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN, relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Conglomerado possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Conglomerado conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Conglomerado revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

2. Comitê de auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014, o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

• **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O conglomerado mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No primeiro semestre de 2016, foram abertas 25 demandas (30/06/2015 - 34), sendo 10, relativas a Consignados, 14 referente a Pessoa Física e 1 referente a Pessoa Jurídica; as demandas foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

• **Pessoas**

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento dos negócios e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Assim, investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

• **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 25 de agosto de 2016.

Diretoria

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de propósito específico

Aos Administradores e Acionistas do
Conglomerado Financeiro Original
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco elaborou demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de agosto de 2016.

São Paulo, 26 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Ativo Circulante		5.080.077	4.244.032
Disponibilidades	5	19.747	21.503
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	938.868	536.954
Aplicações no Mercado Aberto		938.868	534.942
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	2.012
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	664.498	1.247.703
Carteira Própria		526.704	667.904
Vinculados a Compromissos de Recompra		-	247.965
Vinculados à Prestação de Garantias		59.200	190.381
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	78.594	141.453
Relações Interfinanceiras	8	1.162	1.034
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		254	33
Créditos Vinculados		836	710
Depósitos no Banco Central		836	710
Correspondentes		72	291
Relações Interdependências	15.d	6.456	1.210
Transferências Internas de Recursos		6.456	1.210
Operações de Crédito	9	1.626.262	1.787.288
Setor Privado		1.676.530	1.858.479
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(50.268)	(71.191)
Outros Créditos		1.754.194	638.318
Carteira de Câmbio	10.a	95.202	91.041
Rendas a Receber		3.144	749
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	10.855	6.184
Créditos Tributários	10.b.1	22.762	52.696
Direitos Creditórios	10.e	1.578.274	462.347
Diversos	10.d	59.722	29.716
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(15.765)	(4.415)
Outros Valores e Bens	11	68.891	10.022
Despesas Antecipadas		68.891	10.022
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.556.068	997.216
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	5.207	4.564
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.207	4.564
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	369.503	158.306
Carteira Própria		164.022	157.305
Vinculados a Compromissos de Recompra		50.112	-
Vinculados à Prestação de Garantias		154.287	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	1.082	1.001
Operações de Crédito	9	687.872	635.294
Setor Privado		721.839	670.270
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(33.967)	(34.976)
Outros Créditos		426.767	143.585
Direitos Creditórios	10.e	180.873	-
Créditos Tributários	10.b.1	239.725	143.585
Diversos	10.d	6.200	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(31)	-
Outros Valores e Bens	11	66.719	55.467
Outros Valores e Bens		72.602	74.366
(Provisão para Desvalorização)		(5.883)	(18.899)
Permanente		770.318	434.894
Investimentos	12	64.957	54.394
Participações em Coligadas e Controladas:		64.509	53.929
No País		64.509	53.929
Outros Investimentos		448	465
Imobilizado de Uso	13	650.548	83.319
Outras Imobilizações de Uso		676.465	97.330
(Depreciações Acumuladas)		(25.917)	(14.011)
Ativos Intangíveis	14	54.813	297.181
Ativos Intangíveis		54.813	297.181
Total do Ativo		7.406.462	5.676.142

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Passivo Circulante		3.410.917	2.918.685
Depósitos	15.a	879.458	777.959
Depósitos à Vista		54.845	35.117
Depósitos Interfinanceiros		2.035	48.931
Depósitos a Prazo		822.578	693.911
Captações no Mercado Aberto	15.b	50.001	234.901
Carteira Própria		50.001	234.901
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	1.768.989	1.010.769
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.766.151	1.010.769
Certificados de Operações estruturadas		2.838	-
Relações Interfinanceiras	8	895	615
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		895	615
Relações Interdependências	15.d	13.025	1.711
Recursos em Trânsito de Terceiros		6.505	737
Transferências Internas de Recursos		6.520	974
Obrigações por Empréstimos	16.a	350.524	600.519
Empréstimos no Exterior		350.524	600.519
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	35.721	32.725
Outras Instituições		35.721	32.725
Instrumentos Financeiros Derivativos		120.057	10.500
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	120.057	10.500
Outras Obrigações		192.247	248.986
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		274	357
Carteira de Câmbio	10.a	27.235	524
Fiscais e Previdenciárias	17.a	20.878	61.372
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	10.214	10.630
Diversas	17.b	133.646	176.103
Passivo Exigível a Longo Prazo		1.786.922	615.626
Depósitos	15.a	1.191.298	211.369
Depósitos a Prazo		1.191.298	211.369
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	546.899	402.019
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		546.708	402.019
Certificados de Operações estruturadas		191	-
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	2.624	2.238
Outras Instituições		2.624	2.238
Instrumentos Financeiros Derivativos		19	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		19	-
Outras Obrigações		46.082	-
Diversas	17.b	46.082	-
Resultados de Exercícios Futuros		3.141	3.440
Rendas Antecipadas		3.141	3.440
Patrimônio Líquido		2.071.266	2.033.507
Capital Social:		2.130.001	2.207.465
De Domiciliados no País	19.a	2.130.001	2.207.465
Reservas de Lucros	19.c.1	-	1.736
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	(1.140)	(8.612)
Prejuízos Acumulados		(57.595)	(62.198)
Participação de não Controladores		134.215	104.884
Total do Passivo		7.406.462	5.676.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL DO BANCO ORIGINAL S.A
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Receitas da Intermediação Financeira		476.883	454.308
Operações de Crédito	9.g	307.092	316.995
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	87.879	125.017
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	87.647	1.138
Resultado de Operações com Câmbio	10.a.1	(5.735)	11.158
Despesas da Intermediação Financeira		(284.213)	(264.484)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(275.882)	(125.295)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.f	21.541	(84.939)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	(29.872)	(54.250)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		192.670	189.824
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(171.337)	(94.098)
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas	22	14.127	18.269
Despesas de Pessoal	23	(88.649)	(49.172)
Outras Despesas Administrativas	24	(116.595)	(46.080)
Despesas Tributárias	25	(11.132)	(14.234)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	856	1.144
Outras Receitas Operacionais	26	33.912	3.587
Outras Despesas Operacionais	27	(3.856)	(7.612)
Resultado Operacional		21.333	95.726
Resultado não Operacional	28	(565)	97
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		20.768	95.823
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	17.816	(15.702)
Provisão para Imposto de Renda		(2.753)	(9.916)
Provisão para Contribuição Social		(2.227)	(6.131)
Ativo Fiscal Diferido		22.796	345
Participações no Lucro		(19.887)	(24.447)
Participações dos Minoritários		582	-
Lucro Líquido do Semestre		19.279	55.674
<i>Controlador</i>		<i>(2.330)</i>	<i>56.079</i>
<i>Não Controladores</i>		<i>21.609</i>	<i>(405)</i>

CONGLOMERADO PRUDENCIAL DO BANCO ORIGINAL S.A
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.080.301	23.150	-	-	(8.193)	(117.873)	1.977.385	105.765	2.083.150
Homologação do Bacen s/ Aumento de Capital Social		23.150	(23.150)	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	-	-	43	-	43	(476)	(433)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	56.079	56.079	(405)	55.674
Saldo em 30 de Junho de 2015		2.103.451	-	-	-	(8.150)	(61.794)	2.033.507	104.884	2.138.391
Mutações do Período		23.150	(23.150)	-	-	43	56.079	56.122	(881)	55.241
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.103.451	26.550	-	-	(10.976)	(55.265)	2.063.760	110.434	2.174.194
Homologação do Bacen s/ Aumento de Capital Social	19.a	26.550	(26.550)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	-	-	9.836	-	9.836	151	9.987
(Prejuízo) / Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	(2.330)	(2.330)	21.609	19.279
Destinações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação de não Controladores	19.c.3	-	-	-	-	-	-	-	2.021	2.021
Saldos em 30 de Junho de 2016		2.130.001	-	-	-	(1.140)	(57.595)	2.071.266	134.215	2.205.481
		26.550	(26.550)	-	-	9.836	(2.330)	7.506	21.760	29.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL DO BANCO ORIGINAL S.A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre		19.279	55.674
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre		(24.581)	23.118
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	29.879	54.250
Carteira de crédito		24.697	54.117
Outros Créditos		5.182	139
Cessão de créditos		-	(6)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(856)	(1.144)
Depreciações	24	10.767	1.122
Ajuste a Valor de Mercado		(48.446)	(66.332)
Tributos Diferidos		(22.796)	(345)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	27	-	7.612
Provisão de Participações no Lucro		19.887	24.447
Provisão para Desvalorização BNDU		(13.016)	3.508
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre		(5.302)	78.792
Variações em Ativos e Passivos		488.120	494.864
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(3.728)	(255)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(6.894)	6.448
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		6.669	(47)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		435.551	(407.599)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(491.384)	(119.206)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(55.068)	(1.406)
Aumento (Redução) em Depósitos		592.752	315.564
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		50.001	217.096
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		144.080	537.409
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(129.820)	9.337
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(53.813)	(62.477)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		482.818	573.656
Atividades de Investimento			
Aumento em Investimentos		227	(51.634)
Aquisição de Imobilizado de Uso	13.b	(26.454)	(40.182)
Aquisição/ transferências no Intangível	14.b	(123.034)	(149.733)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(149.261)	(241.549)
Atividades de Financiamento			
Juros sobre o Capital Próprio		-	(11.020)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	(11.020)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		333.557	321.087
Modificações na Posição Financeira:		333.557	321.087
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		625.283	235.358
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	958.615	556.445
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		333.332	321.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações contábeis determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, da PicPay Serviços S.A, empresa de arranjo de pagamento que controla a carteira virtual de smartphone PicPay e Original Cayman Brasil que é uma agência no exterior . A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações contábeis do Conglomerado foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das Demonstrações contábeis Prudencial do Banco Original S.A – Conglomerado.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A., as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as Demonstrações contábeis Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (Conglomerado) compreendem as seguintes entidades:

Banco Original S.A.

Banco Original do Agronegócio S.A.

PicPay Serviços S.A

As Demonstrações contábeis do Conglomerado foram aprovadas em 26 de agosto de 2016.

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das Demonstrações contábeis do Conglomerado prudencial foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Prudencial.

As demonstrações contábeis do Conglomerado em 30 de junho de 2016 abrangem as demonstrações contábeis do Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., PicPay Serviços S.A e Original Cayman Brasil, sendo que somente o Banco Original S.A tem participação na PicPay Serviços S.A e o Banco Original S.A e Banco Original do Agronegócio S.A ambos não possuem participação um no outro e são controlados pela J&F Participações Ltda. (J&F).

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações contábeis antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

	Banco Original S.A		Banco Original do Agronegócio S.A		Picpay Serviços S.A	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Total do Ativo	7.297.781	5.554.536	151.288	194.221	3.225	-
Total do Passivo	5.226.515	3.521.029	19.094	89.337	600	-
Total do Patrimônio Líquido	2.071.266	2.033.507	132.194	104.884	2.625	-
Total Lucros (prejuízos) Líquidos do Semestre	(2.330)	56.079	21.609	(405)	(1.188)	-

Nos procedimentos de consolidado, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A., Banco Original S.A e PicPay Serviços S.A. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta consolidação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 30 de junho de 2016 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Conglomerado opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

O Banco Original adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Estas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características com Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. A amortização desses gastos não foram iniciadas até 30 de junho de 2016.

No primeiro semestre de 2016, após a publicação da Resolução nº 4.480, de 25 de abril de 2016, que tem por objetivo a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico, o Banco iniciou definitivamente o processo de abertura de conta, dessa forma os ativos do intangível foram transferidos para o imobilizado iniciando assim sua depreciação. Os ativos transferidos, são compostos por softwares, hardware e benfeitorias em imóveis de terceiros.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No semestre de 30 de junho de 2016, foi efetuado um estudo e não foram identificados indícios de Impairment.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/15, fruto de conversão da MP nº 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 21.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2016 e 2015 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

t) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

As operações de avais e fianças prestadas e honradas e não honradas terão provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

u) Participação de não Controladores

A Resolução nº 4.280 de 31 de Outubro de 2013 do BACEN, discorre que na elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial de Instituições Financeiras ou de Assemelhadas as Instituições Financeiras, sem vínculo societário com a Instituição Líder, o patrimônio líquido da consolidada deve ser reclassificado para a conta 6.4.1.10.00-8. Apresentamos as participações de não controladores de forma destacada nas demonstrações contábeis e consolidadas.

Como o Banco Original S/A é caracterizado como instituição "Líder", de acordo com os critérios estipulados pelo BACEN, é necessário efetuar a consolidação do Banco Original do Agronegócio S/A e PicPay Serviços S.A, conforme solicitado na circular citada acima, contudo um banco não possui participação societária no outro, porém é preciso efetuar o conglomerado prudencial pelo fato de ambas estarem sob uma mesma administração e atuarem no mercado sob mesma marca.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Disponibilidades

Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)

	30/06/2016	30/06/2015
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	19.747	21.503
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	938.868	534.942
Total	958.615	556.445

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016 Total	30/06/2015 Total
Aplicações no Mercado Aberto	938.868	-	-	938.868	534.942
Posição Bancada	938.868	-	-	938.868	534.942
Letras do Tesouro Nacional - LTN	271.499	-	-	271.499	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	652.370	-	-	652.370	534.942
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.999	-	-	14.999	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	5.207	5.207	6.576
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	5.207	5.207	4.564
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	-	-	-	176
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	-	-	1.633
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	-	-	-	203
Total	938.868	-	5.207	944.075	541.518
Circulante				938.868	536.954
Longo Prazo				5.207	4.564

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	Ajuste a Mercado -		30/06/2016	30/06/2015
	Valor de Curva	Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.300	23	11.324	4.730
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas	39.812	14.543	54.355	88.926
Total	51.112	14.566	65.679	93.656

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Ajuste a Mercado -		30/06/2016	30/06/2015
	Valor de Curva	Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.838	173	23.011	157.797
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	49.336	(228)	49.108	47.405
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	184.530	(478)	184.052	97.086
Aplic. em TVM no Exterior ⁽¹⁾	350.783	(825)	349.958	426.032
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.819	21	2.840	3.233
Debêntures	15.441	609	16.050	-
CDB ⁽²⁾	-	-	28	-
Total	625.747	(728)	625.047	731.553
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	237.536
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	50.656	(544)	50.112	10.429
Total	50.656	(544)	50.112	247.965
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	51.313	390	51.703	163.081
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	162.643	(859)	161.784	27.300
Total	213.956	(469)	213.487	190.381

(1) Os títulos no exterior encontram-se custodiados na EuroClear.

(2) Trata-se de CDB efetuado com Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Sicoob.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Classificação e Vencimento

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
					Total	Total
Títulos para Negociação						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	11.323	11.323	4.730
Total Títulos Públicos	-	-	-	11.323	11.323	4.730
Títulos Privados						
Ações de Companhias Abertas	54.355	-	-	-	54.355	88.926
CDB	12	-	-	16	28	-
Total Títulos Privados	54.367	-	-	16	54.383	88.926
Total Títulos para Negociação	54.367	-	-	11.339	65.706	93.656

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
					Total	Total
Títulos Disponíveis para Venda						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	23.013	23.013	157.797
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	49.107	49.107	47.405
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	74.015	48.364	61.673	184.052	97.086
Aplicação em TVM no exterior	-	349.958	-	-	349.958	426.032
Total Títulos Públicos	-	423.973	48.364	133.793	606.130	728.320
Títulos Privados						
Debêntures ⁽²⁾	-	-	-	16.050	16.050	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	-	2.840	2.840	3.233
Total Títulos Privados	-	-	-	18.890	18.890	3.233
Total Títulos Disponíveis para Venda	-	423.973	48.364	152.683	625.020	731.553

Desmembramento

Circulante					526.704	667.904
Longo Prazo					164.022	157.305

Vinculados a compromissos de recompra

Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	237.536
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	50.112	50.112	10.429
Total	-	-	-	50.112	50.112	247.965
Circulante					-	247.965
Longo Prazo					50.112	-

Vinculados a prestação de garantias

Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	51.704	51.704	163.081
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	9.741	49.459	102.583	161.783	27.300
Total	-	9.741	49.459	154.287	213.487	190.381
Circulante					59.200	190.381
Longo Prazo					154.287	-

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a. corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) Estas Debêntures são remuneradas 100% do CDI + 4,25% a.a. seu vencimento é em fevereiro de 2019.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.3) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	52.141	40.027
Rendas de Títulos de Renda Fixa	27.821	36.099
Rendas de Títulos de Renda Variável	(10.583)	28.957
Resultado de Títulos no Exterior	18.500	19.934
Total	87.879	125.017

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, tais como taxa pré-fixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015, o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "Hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "Var" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo mensalmente.

Carteira Trading - jun/2016	Value at Risk		
	Média	Fechamento	jun/15
Fator de Risco			
Pré-fixado	4.436	16.144	2.825
Boi Gordo	-	-	4
Moedas Estrangeiras	3.932	407	393
Índice Bolsa	25	28	-
Ação Bovespa	18.166	15.204	15.464
Exposição com Correlação	25.758	39.338	16.358

Carteira Banking - jun/2016	Teste de Estresse		
	Média	Fechamento	jun/15
Risco			
Risco de Taxa de Juros	32.323	31.822	30.328

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2015		30/06/2016		30/06/2015	
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa						
Pré-fixado	64.267	69.575	1.044.342	31.644	42.936	2.334.464
Dólar	64.267	69.471	547.531	3.758	17.699	2.046.526
	-	104	496.811	27.886	25.237	287.938
Passivo						
Commodities	(45.136)	(46.302)	(1.044.342)	(29.614)	(8.367)	(2.334.464)
Pré-fixado	-	-	-	-	-	(4.452)
Dólar	(45.136)	(46.266)	(496.811)	(2.082)	(2.853)	(287.938)
	-	(36)	(547.531)	(27.532)	(5.514)	(2.040.345)
Real	-	-	-	-	-	(1.729)
Diferencial Líquido	19.131	23.273	-	2.030	34.569	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Swap						
Posição Ativa	8.216	10.035	439.407	101.869	97.437	570.256
Pré-fixado	127	939	41.702	101.269	95.984	-
Dólar	1.412	1.579	339.595	514	1.385	442.861
CDI	6.677	7.517	58.110	86	68	126.327
IPCA ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	1.068
Passivo	(58.566)	(72.067)	(439.407)	(2.817)	(2.133)	(570.256)
Pré-fixado	(58.525)	(72.067)	(337.651)	-	-	(436.231)
Dólar	-	-	(60.054)	(2.747)	(1.965)	(121.327)
CDI	(41)	-	(41.702)	(70)	(168)	(12.698)
Diferencial Líquido	(50.350)	(62.032)	-	99.052	95.304	-
Opções						
Posição Ativa	-	-	-	1.956	2.081	19.331.400
Dólar	-	-	-	1.956	2.081	19.331.400
Posição Passivo	-	(1.451)	17.500	-	-	-
Dólar	-	1.451	17.500	-	-	-
Diferencial Líquido	-	(1.451)	17.500	1.956	2.081	19.331.400
COE (Certificado de Operação Estruturada)						
Posição Ativa	-	66	3.579	-	-	-
Dólar	-	66	3.579	-	-	-
Posição Passivo	-	(257)	(3.579)	-	-	-
Dólar	-	(257)	(3.579)	-	-	-
Diferencial Líquido	-	(191)	-	-	-	-

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Resumo	30/06/2016		30/06/2015	
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	19.131	4.143	23.274	32.539
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	(50.349)	(11.683)	(62.032)	(3.748)
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	(119)	(1.332)	(1.451)	125
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(191)	(191)	-
Total	(31.337)	(9.063)	(40.400)	28.916

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	Acima de		30/06/2016		30/06/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	12 Meses	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	21.688	1.583	2	23.274	34.569
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(63.153)	50	1.071	(62.032)	95.304
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	(1.451)	-	-	(1.451)	2.081
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(181)	(10)	(191)	-
Total	(42.915)	1.452	1.063	(40.400)	131.954

Valores Referenciais dos Futuros*	Acima de 12			30/06/2016		30/06/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Meses	Total	Total	
IND	523	-	-	523	-	
DDI	675.168	179.624	175.230	1.030.022	603.473	
DI	51.856	335.885	4.723.742	5.111.482	8.577.500	
Dólar	760.942	825	-	761.767	2.152.245	
BGI	-	-	-	-	4.304	
Euro	64.143	-	-	64.143	-	
Total	1.552.632	516.334	4.898.972	6.967.937	11.337.522	

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 641 ativos (30/06/2015 - R\$ 4.641 passivo), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 213.487 (30/06/2015 - R\$ 190.381) este representado por LTN R\$ 51.704 e NTN-B R\$ 161.783.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	Receita	Despesa	01/01 a	01/01 a
			30/06/2016	30/06/2015
			Resultado	Resultado
NDF	295.421	(167.592)	127.829	(508.955)
"Swap"	(136)	(73.634)	(73.770)	43.499
Opções	-	-	-	(1.411)
DI	12.393	(31.412)	(19.019)	3.360
DDI	275.586	(35.104)	240.482	69.475
BGI	-	(1.332)	(1.332)	(94)
Moedas	21.412	(199.836)	(178.424)	395.736
Índice	3	(32)	(29)	-
Dólar	-	(8.088)	(8.088)	(472)
COE - Operações estruturadas	39	(41)	(2)	-
Total	604.718	(517.071)	87.647	1.138

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 267 ativa (30/06/2015 - R\$ 419 ativa) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2016	30/06/2015
Empréstimos e Títulos Descontados	1.291.561	1.340.989
Adiantamentos a Depositantes	-	82
Empréstimos	1.291.561	1.340.907
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	391.586	385.467
Capital de Giro	783.928	788.709
Conta Corrente Garantida	104.930	151.534
Empréstimo Consignado	4.871	15.035
Cheque Especial	3.793	11
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	71	150
Empréstimo rotativo	1.670	1
Outros empréstimos	712	-
Títulos Descontados	108.833	43.062
Financiamentos	867.067	931.518
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	2.135
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	867.067	929.383
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	39.586	36.307
Financiamentos Imobiliários	91.321	134.760
Operações de crédito vinculadas a cessão (Nota 9.f)	-	42.101
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 10.a)	76.595	90.405
Direitos Creditórios (Nota 10.e)	1.759.147	462.347
Outros créditos	9.301	-
Sub-Total	4.243.411	3.081.489
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(84.234)	(106.167)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9. e.1)	(15.796)	(4.415)
Total	4.143.381	2.970.907
Circulante	3.455.509	2.335.613
Longo Prazo	687.872	635.294

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

Setor Privado	Parcelas a			30/06/2016	30/06/2015
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencer até 12 Meses e		Total	Total
		Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias		
Rural	117.245	712.072	349.824	1.179.141	1.211.016
Indústria	20.861	618.644	382.160	1.021.665	756.585
Outros Serviços	40.385	1.794.481	171.979	2.006.845	954.032
Pessoas Físicas	2.179	26.817	4.949	33.945	76.049
Financeiro	-	1.815	-	1.815	83.807
Total	180.670	3.153.829	908.912	4.243.411	3.081.489

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Concentração de Crédito

	30/06/2016				30/06/2015	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	972.154	22%	11.215	11%	42.407	38%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.209.641	29%	33.762	34%	18.410	17%
100 Maiores Devedores Seguintes	665.238	16%	18.882	19%	11.322	10%
Demais Devedores Seguintes	1.396.378	33%	36.171	36%	38.443	35%
Total	4.243.411	100%	100.030	100%	110.582	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2016. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN n° 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2016	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão	Requerida
AA	-	707.246	-	707.246	-	-
A	0,5%	2.042.580	-	2.042.580	10.212	10.212
B	1,0%	777.903	39.259	817.162	8.171	8.171
C	3,0%	262.889	76.998	339.887	10.197	10.197
D	10,0%	127.104	73.687	200.791	20.079	20.079
E	30,0%	73.519	40.689	114.208	34.262	34.262
F	50,0%	1.587	5.908	7.495	3.748	3.748
G	70,0%	987	1.283	2.270	1.589	1.589
H	100,0%	3.553	8.219	11.772	11.772	11.772
Total		3.997.368	246.043	4.243.411	100.030	100.030

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2015	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão	Requerida
AA	-	108.379	-	108.379	-	-
A	0,5%	1.338.776	-	1.338.776	6.693	6.693
B	1%	1.135.360	13.554	1.148.914	11.489	11.489
C	3%	216.491	98.234	314.725	9.442	9.442
D	10%	20.240	10.662	30.902	3.090	3.090
E	30%	36.279	18.374	54.653	16.396	16.396
F	50%	7.203	2.589	9.792	4.896	4.896
G	70%	3.109	52.798	55.907	39.135	39.135
H	100%	4.667	14.774	19.441	19.441	19.441
Total		2.870.504	210.985	3.081.489	110.582	110.582

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	128.616	63.525
Constituição Líquida de Reversão	24.697	54.117
Baixa para Prejuízo	(69.079)	(11.475)
Saldo Final	84.234	106.167
Circulante	(50.268)	(71.191)
Longo Prazo	(33.967)	(34.976)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	52.111	7.276

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	10.621	4.276
Constituição Líquida de Reversão	5.175	139
Saldo Final (Nota 9.a)	15.796	4.415
Circulante	(15.765)	(4.415)
Longo Prazo	(31)	-

No primeiro semestre de 2016 os créditos renegociados são de R\$ 250.213 (30/06/2015 - R\$ 55.216) e a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos é de R\$ 34.134 (30/06/2015 - R\$ 12.090), relativos às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 30.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e.2) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	-	11
Constituição Líquida de Reversão	-	(6)
Saldo Final ⁽¹⁾	-	5
Circulante	-	-
Longo Prazo	-	-

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação e é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas" (Nota 17).

f) Cessão de Crédito

f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 70.000 conforme segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	25.798	-
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	44.202	-
Valor da Venda ⁽³⁾	70.000	-

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(2) O montante de R\$ 44.202 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) O montante da cessão foi integralmente com partes relacionadas.

Com Retenção Substancial de Risco

O Conglomerado realizou operações de Venda ou Transferência de ativos financeiros em que ocorreu a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido.

O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	30/06/2016	30/06/2015
Carteira cedida com coobrigação	-	41.033
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	-	1.115
Total (Nota 17.b)	-	42.148

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	30/06/2016	30/06/2015
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	-	42.101
Total (Nota 9.a)	-	42.101

g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	438	15
Rendas de Empréstimos	147.041	120.358
Rendas de Títulos Descontados	38.183	11.008
Rendas de Financiamentos	71.104	185.939
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾ (Nota 9.e)	52.111	7.276
Resultado com Cessão de Créditos sem coobrigação (Nota 9.f.1)	264	-
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(128)	(4.823)
Perdas com créditos incobráveis	(1.921)	(2.778)
Total	307.092	316.995

(1) O montante de R\$ 44.202 refere-se a recuperação de créditos baixados para prejuízo pela cessão de carteira.

10. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

	30/06/2016	30/06/2015
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(32)	(222)
Direitos sobre Venda de Câmbio	7.228	529
Câmbio Comprado a Liquidar	86.916	90.071
Rendas A Receber De Adiantamentos Concedidos ⁽¹⁾	1.090	663
Total	95.202	91.041
Circulante	95.202	91.041

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Passivo

Câmbio Vendido a Liquidar	(7.113)	524
Obrigações por Compra de Câmbio	(95.627)	(89.742)
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	75.505	89.742
Total	(27.235)	524

Circulante

(1) Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.090 (30/06/2015 - R\$ 663) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 75.505 (30/06/2015 - R\$ 89.742) compõe o saldo de R\$ 76.594 (30/06/2015 - R\$ 90.405) divulgado na nota 9.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	30/06/2016	30/06/2015
Rendas de câmbio	92.931	225.439
Despesas de câmbio	(98.666)	(214.281)
Total	(5.735)	11.158

b) Créditos Tributários

Créditos Fiscais Diferidos

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	240.428	175.705
Constituições	137.933	53.673
Reversões	(115.875)	(33.097)
Saldo Final	262.486	196.281
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	4.187	13.652
Constituições	3.306	78.938
Reversões	(4.187)	(56.262)
Saldo Final	3.306	36.328

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2016 e de 2015, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo Fiscal	306.476	232.130
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	76.619	58.033
Base Negativa de Contribuição Social	309.929	236.112
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20% ⁽¹⁾	61.986	35.417
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	86.266	106.167
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	15.796	4.415
Provisão para Créditos Cedidos com Coobrigação	-	5
Provisão para Contingências Trabalhistas	19.984	23.133
Provisão para Contingências Cíveis	26.090	33.236
Provisão para Despesas Administrativas	27.535	27.154
Provisão PLR - Administradores	11.126	11.188
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	18.623	18.899
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	937	9.064
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(102)	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	535	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(25)	(459)
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	1.260	808
Perdas em Operações de Crédito	66.210	21.190
Outras Diferenças Temporárias	692	769
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	274.927	255.569
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	274.927	255.569
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	68.732	63.892
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	54.985	38.335
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	1.260	808
Ajustes Futuro - DI e DDI	535	-
Ajuste títulos de outros países	826	3.109
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	937	9.064
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	3.557	12.981
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	165	604
Total do Ativo Fiscal Diferido	262.487	196.281
Circulante	22.762	52.696
Longo Prazo	239.725	143.585

(1) Em 30 de junho de 2015 a alíquota era de 15% com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018. O efeito dessa majoração foi no montante de R\$ 26.685 na composição do crédito tributário.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2016	30/06/2015
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	6.953	84.610
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	23
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	-	(3.935)
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	264
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(323)	(12)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	6.630	80.950
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	1.658	20.238
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	1.326	12.143
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	6.954	84.610
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	24
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	264
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	6.954	84.898
Aliquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	323	3.948
Total do Passivo Fiscal Diferido	3.307	36.328
Circulante	3.307	36.328
Longo Prazo	-	-

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2016			30/06/2015		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2015	-	-	-	52.696	36.328	16.368
2016	22.762	3.307	19.455	35.151	-	35.151
2017	94.441	-	94.441	33.883	-	33.883
2018	92.418	-	92.418	65.462	-	65.462
2019	48.111	-	48.111	7.068	-	7.068
2020	1.996	-	1.996	2.021	-	2.021
A partir de 2021	2.759	-	2.759	196.281	36.328	159.953
Total	262.487	3.307	259.180	196.281	36.328	159.953

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018. O impacto da elevação da alíquota foi de R\$ 26.685 na composição do crédito tributário.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2016, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 218.106 (30/06/2015 - R\$ 159.732).

d) Outros Créditos Diversos

	30/06/2016	30/06/2015
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	9.137	13.077
Devedores por Depósitos em Garantia	12.470	10.588
Para Interposição de Recursos Fiscais	1.933	1.794
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	3.978	2.269
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	6.559	6.525
Pagamentos a Ressarcir	-	1
Adiantamentos Salariais/Outros	7.156	4.921
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 9.a)	9.300	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	-	837
Outros ⁽¹⁾	27.859	292
Total	65.922	29.716
Circulante	59.722	29.716
Longo Prazo	6.200	-

(1) O montante de R\$ 21.658 refere-se a boletos emitidos pelo Banco Original no qual são pagos em outros bancos em D+1. A contra parte deste valor encontra-se na rubrica Outras obrigações diversas nota 17.b. E o montante de R\$ 6.200 refere-se a carteira com característica de crédito a vencer a mais de 360 dias.

e) Direitos Creditórios

	30/06/2016	30/06/2015
Direitos Creditórios (Nota 9.a) ⁽³⁾	1.759.147	462.347
Total	1.759.147	462.347

(3) Na rubrica "Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito", está contabilizado o montante de R\$ 1.759.147, que refere-se a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas). No período de 30 de junho de 2015 R\$ 462.347.

11. Outros Valores e Bens

	30/06/2016	30/06/2015
Bens não de Uso - Imóveis	72.602	74.366
(Provisão para Desvalorização)	(5.883)	(18.899)
Despesas Antecipadas	68.891	10.022
Total	135.610	65.489
Circulante	68.891	10.022
Longo Prazo	66.719	55.467

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
Controladas do Conglomerado	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Original App Ltda.	Desenvolvimento/Teletendimento/Prestitação de serviços de crédito	149.985	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	3.500.000	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000.000	99,90%

Controladas do Conglomerado	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/(Prejuízo)	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial		
	30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Original App Ltda. ⁽¹⁾	3.209	(204)	3.209	345	(204)	14
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽²⁾	100	-	100	100	-	-
Original Asset Management Ltda. ⁽³⁾	60.326	1.300	60.320	52.423	1.300	1.069
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽³⁾	881	(240)	880	1.061	-240	61
Total	64.516	856	64.509	53.929	856	1.144

(1) Em 22 de dezembro de 2015 a Original Promotora Ltda teve sua denominação social alterada para Original App Ltda. Adicionalmente seu objeto social foi alterado de intermediação para desenvolvimento, teletendimento e prestação de serviços de crédito.

(2) Em fase pré operacional com capital a integralizar.

(3) Investimento adquirido em dezembro de 2014.

13. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	30/06/2016	30/06/2015
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	22.835	(2.970)	19.865	5.312
Imóveis de Terceiros	11.468	(228)	11.240	-
Sistemas de Processamento de Dados	640.374	(21.319)	619.056	77.413
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.236	(859)	377	553
Outros	552	(541)	10	41
Total	676.465	(25.917)	650.548	83.319

b) Movimentação imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Saldo inicial	Aquisição	Transferência ⁽¹⁾	Depreciação	Saldo Final
	31.12.2015				30/06/2016
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	9.697	5.374	5.509	(852)	19.728
Imóveis de Terceiros	-	-	11.468	(228)	11.240
Sistemas de Processamento de Dados	96.217	20.934	511.459	(9.554)	619.056
Sistemas de Segurança e Comunicações	443	4	-	(70)	377
Outros	25	-	-	(15)	10
Total	106.382	26.312	528.436	(10.719)	650.411

(1) Com o lançamento do Banco Digital e a emissão da Resolução nº 4.480 de 25 de abril de 2016 que tem por objetivo a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônicos os ativos antes classificados como intangível na fase de desenvolvimento do projeto foram avaliados e reclassificados para o imobilizado em suas respectivas rubricas no montante de R\$ 528.436 e a depreciação gerada foi de R\$ 9.376. (Nota 14.b)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Intangível

a) Valor residual

	30/06/2016		30/06/2015
	Custo	Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	48.572	48.572	212.905
Gastos com Consultoria Especializada	-	-	84.276
Ágio de incorporação	6.282	6.282	-
Amortização	(41)	(41)	-
Total	54.813	54.813	297.181

b) Movimentação do Intangível

	Saldo inicial 31.12.2015	Aquisição	Transferência ⁽¹⁾	Amortização	Saldo Final 30/06/2016
Gastos com Desenvolvimento	321.216	255.518	(395.952)	-	48.572
Gastos com Consultoria Especializada	132.484	-	(132.484)	-	-
Total	453.700	255.518	-	528.436	-

(1) Nota 13.b

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	30/06/2016				30/06/2015
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos à Vista	54.845	-	-	-	54.845
Depósitos Interfinanceiros	-	2.035	-	-	2.035
Depósitos a Prazo - CDB, DPGE, RDB	-	361.306	461.272	1.191.298	2.013.876
Total	54.845	363.341	461.272	1.191.298	989.328
Circulante					879.458
Longo Prazo					777.959
					1.191.298
					211.369

Em 30 de junho de 2016 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 5.922 (30/06/2015 - R\$ 171.793), CDB no montante de R\$ 1.891.383 (30/06/2015 - R\$ 632.766) e RDB de R\$ 116.570 (30/06/2015 - R\$ 100.721).

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 92% e 129,50% do CDI, (30/06/2015 - 95% e 118% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 12,48 % a.a. e 19,60 % a.a. (30/06/2015 - 12,49% a.a. e 16,14% a.a.). Para operações de DPGE e RDB com taxas pós-fixadas praticadas é 108% do CDI (30/06/2015 - 113% e 120% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
	Depósitos Interfinanceiros	(395)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(117.269)	(47.113)
Captação no Mercado Aberto	(746)	(1.839)
Despesas de Letras Financeiras	(10.923)	(2.201)
Despesa de Letras Imobiliárias	(24.000)	(9.074)
Despesas Letras de crédito do Agronegócio	(115.187)	(59.761)
Despesa CDB	(3.994)	-
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(3.330)	(2.439)
Despesa de Operação estruturada- COE	(38)	-
Total	(275.882)	(125.295)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Captação no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
				Total	Total
Carteira Própria	50.001	-	-	50.001	234.901
Títulos Públicos - LTN	50.001	-	-	50.001	234.901
Total	50.001	-	-	50.001	234.901
Circulante				50.001	234.901
Longo Prazo				-	-

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	646.714	698.272	365.574	1.710.560	1.172.009
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	174.042	172.855	84.209	431.106	163.403
Letras Financeiras - LF	-	74.268	96.925	171.193	77.376
COE (Certificados de operações estruturadas)	-	2.838	191	3.029	-
Total	820.756	948.233	546.899	2.315.888	1.412.788
Circulante				1.768.989	1.010.769
Longo Prazo				546.899	402.019

O Conglomerado realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 80% e 104% do CDI (30/06/2015 - 86,21% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 9,10% a.a. e 17% (30/06/2015 - 10,91% a.a. e 13,75% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 87% a 103% do CDI (30/06/2015 - 88% e 103%). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 115% a 120,97% do CDI (30/06/2015 - 108% a 120%) ou 107,5% a 108,5% do IPCA (30/06/2015 - 120,16% a 127,49%).

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional no montante de R\$ 6.569 passivo.

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
				Total	Total
Funcafé - FAC	3.675	13.429	-	17.104	18.278
Funcafé - Estocagem	3.094	8.957	-	12.051	6.991
Funcafé - Capital de Giro	3.941	2.625	2.624	9.190	9.694
Total	10.710	25.011	2.624	38.345	34.963
Circulante				35.721	32.725
Longo Prazo				2.624	2.238

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas De Empréstimos No Exterior	22.978	(84.450)
Despesas De Repasses - Outras Instituicoes Oficiais	(1.437)	(489)
	21.541	(84.939)

16. Obrigações por empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
				Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	50.757	-	-	50.757	29.575
Obrigações para empréstimos no exterior	299.767	-	-	299.767	570.944
Total	350.524	-	-	350.524	600.519
Circulante				350.524	600.519
Longo Prazo				-	-

O Banco Original realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 2,65% a.a. à 3,12% a.a. As aplicações em TVM no exterior, na sua totalidade, foram dadas em garantia dessa operação. As taxas praticadas para operações empréstimos no exterior é 1,75% a.a.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2016	30/06/2015
Impostos e Contribuições a Recolher	12.591	8.997
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.173	851
Impostos e Contribuições sobre Salários	7.307	5.270
I.R.- s/ operações de renda fixa	2.177	21
I.R.- s/ operações de renda variável	1	60
IOF - Capital de Giro	362	733
Outros	1.571	2.062
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	4.981	16.047
Provisão para Imposto de Renda	2.753	9.916
Provisão para Contribuição Social	2.228	6.131
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.b.2)	3.306	36.328
Total	20.878	61.372
Circulante	20.878	61.372
Longo Prazo	-	-

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1)	19.993	23.133
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2)	26.089	33.236
Provisão para Outros Créditos (Nota 9.e.2)	-	5
Provisão para Pagamentos a Efetuar	68.947	60.094
Despesas de Pessoal	66.252	57.484
Outras Despesas Administrativas	440	80
Outros Pagamentos	2.255	2.530
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	15.132	14.261
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	312	513
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	837	2.145
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Obrigações para Operações Vinculadas a Cessão (Nota 9.f)	-	42.148
Cretores Diversos - Exterior/País ⁽³⁾	47.142	468
Adtos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	774	-
Provisão para Fianças	282	-
Outros	120	-
Total	179.728	176.103
Circulante	133.646	176.103
Longo Prazo	46.082	-

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original no qual são pagos em outros bancos em D+1. A contra parte deste valor encontra-se na rubrica Outras créditos diversas nota 10.d.

18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que são devidos. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	20.715	23.600
Constituição	5.382	2.480
Atualização	875	577
Reversão	(6.979)	(3.524)
Saldo Final	19.993	23.133

Para os processos trabalhistas, foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 3.978 (30/06/2015 - R\$ 2.269).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

O Conglomerado contabiliza as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	33.759	28.594
Constituição	-	4.103
Atualização	676	539
Reversão	(8.346)	-
Saldo Final	26.089	33.236

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.557 (30/06/2015 - R\$ 6.525).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2016 e 2015 o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	30/06/2016	30/06/2015
Processos Trabalhistas	2.101	5.085
Processos Cíveis	30.977	32.443
Total	33.078	37.528

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Banco Original S.A.:

Em 30 de junho de 2016, o capital social de R\$2.130.001 (30/06/2015 - R\$2.103.451) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2016			30/06/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.027.362	76.089	2.103.451
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.027.362	76.089	2.103.451

O aumento de Capital de R\$ 26.550 foi aprovado pelo Banco Central em 10 de março de 2016.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN e LTN e títulos emitidos pelo governo - Outros Países no montante de R\$ (1.140), (30/06/2015 R\$ (8.150))

c) JCP e Dividendos

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não foram deliberados JCP e Dividendos

c.1) Reserva de Lucros

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não houve constituição de reserva de Lucros.

c.2) Reserva Estatutária

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não houve constituição de reserva estatutária.

c.3) Participação de não controladores

Em 30 de junho de 2016, tivemos a participação de não controladores no Patrimônio Líquido representada pelo Banco Original do Agronegócio S.A no valor de R\$ 132.194 e da empresa Picpay Serviços S.A no valor de R\$ 2.021.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Limites Operacionais

Segundo as regras do Banco Central, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de Capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades. Conforme cronograma de implantação destas diretrizes no Brasil, a exigência mínima da relação entre Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para o Conglomerado Original era de 11% até dezembro de 2015 e 10,5% após esta data.

O índice de Basileia foi calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro. Em janeiro de 2016, o Banco Central divulgou a Carta Circular 3.748, dispensando as instituições financeiras da remessa do índice de Basileia do Conglomerado Financeiro.

	30/06/2016	30/06/2015
Patrimônio de Referência Nível I	2.069.922	1.987.285
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	2.069.922	1.987.285
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	8.754.358	5.690.878
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	5.933.354	4.403.678
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	2.269.846	788.953
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	551.158	498.247
Índice de Basileia III e II	23,6%	34,9

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

Em 2016 e 2015 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório e Patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pelas Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 além de legislação complementar.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em junho de 2016 e 2015, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

21. Partes Relacionadas

a) Benefícios Pós-Emprego

a.1) Plano de Saúde

O Conglomerado é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência a saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde durante 6 meses após seu desligamento. O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2016 é de R\$ 97 (2015 - R\$ 10).

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2016 e 2015:

	30/06/2016				30/06/2015	
	Ações Ordinárias		Ações Preferências		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original S.A	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	518.913.037	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	518.913.037	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Banco Original do Agronegócio S.A

Acionistas

J&F Participações Ltda. (J&F)

Pessoas Físicas (PF)

Total

	30/06/2016				30/06/2015	
	Ações Ordinárias		Ações Preferências		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
	99.000.000	99%	99.000.000	99%	99.000.000	99%
	1.000.000	1%	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%	100.000.000	100%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2016 e 2015, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos				
JBS S.A. (JBS)	(54.355)	88.926	(14.543)	55.676
Valores a Receber de Sociedades Ligadas				
J&F Participações Ltda.	-	835	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	-	2	-	-
Depósito a Vista	(4.358)	(1.737)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(175)	(1.571)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(2)	(7)	-	-
Original APP Ltda.	(1)	(7)	-	-
Eldorado Brasil Celulose AS	(12)	-	-	-
Original Asset Management Ltda	(5)	-	-	-
Seara Alimentos Ltda	(2.053)	-	-	-
Vigor Alimentos S.A	(191)	-	-	-
J&F Participações Ltda.	(51)	(70)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(12)	(52)	-	-
JBS Promotora	(27)	(1)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(1.527)	-	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(273)	-	-	-
Depósito a Prazo	(205.514)	(17.438)	(9.536)	(1.198)
Original APP Ltda.	(2.897)	(334)	(65)	(37)
JBS Promotora	(6.129)	(5.941)	(638)	(160)
J&F Investimentos S.A.	(29)	(75)	(0)	-
J&F Participações Ltda.	(26.918)	-	(1.891)	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(4.396)	-	(956)	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.595)	(10.317)	(1.435)	(997)
JBS S.A.	(84.350)	-	(162)	-
Seara Alimentos Ltda	(33.070)	-	(70)	-
Vigor Alimentos S.A	(23.115)	-	(3.669)	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	(677)	-	(3)
Original Asset Management Ltda	(17.741)	-	(623)	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	(205)	-	(19)	-
Outros ⁽¹⁾	(69)	(94)	(9)	(1)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(1.440)	-	(116)
Outros ⁽¹⁾	-	(1.440)	-	(116)

(1) Pessoas Físicas Ligadas

22. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Cobrança e Arrecadações	1.994	667
Tarifas e serviços bancários	16	14
Rendas De Garantias Prestadas	2.361	2.267
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	5.682	12.029
Serviço de recebimento e envio de valores	2.980	3.027
Outras	1.094	265
Total	14.127	18.269

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Remuneração	(61.029)	(34.502)
Encargos	(19.024)	(9.545)
Benefícios	(7.942)	(4.785)
Outras	(654)	(340)
Total	(88.649)	(49.172)

24. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(25.380)	(10.574)
Depreciações e Amortizações	(10.767)	(1.122)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(29.388)	(4.079)
Comunicações	(782)	(598)
Processamento de Dados	(22.250)	(9.300)
Aluguéis	(5.242)	(3.957)
Transportes e Viagens	(3.493)	(1.828)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.610)	(783)
Manutenção e Conservação de Bens	(2.003)	(1.300)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(6.610)	(3.847)
Água, Energia e Gás	(814)	(540)
Material	(357)	(304)
Provisão para desvalorização de BNDU (Nota 11)	-	(3.508)
Despesas Legais e Jurídicas	(1.372)	(611)
Despesas com registros de títulos e documentos	(1.017)	(295)
Serviços de copa e cozinha	(552)	(358)
Indenizações Judiciais diversas	(507)	(457)
Outras despesas administrativas	(4.451)	(2.619)
Total	(116.595)	(46.080)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com CETIP e Bolsa.

25. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Despesa com COFINS	(8.324)	(10.527)
Despesa com ISS	(731)	(902)
Despesa com PIS/Pasep	(1.352)	(1.711)
IOF	(12)	(387)
Outras	(713)	(707)
Total	(11.132)	(14.234)

26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Atualização de Depósitos Judiciais	194	474
Atualização de Impostos a Compensar	2.617	1.025
Recuperação de Encargos e Despesas	664	865
Reversão de Provisões Operacionais	566	570
Reversão de Provisões Trabalhistas	722	467
Reversão de Provisões Cíveis	7.669	-
Crédito Fiscal ⁽¹⁾	21.167	-
Outras Receitas	313	170
Total	33.912	3.571

(1) Trata-se da exclusão referente ao valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2014 (Lei do BEM)."

27. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Provisões Operacionais	-	(4.642)
Cíveis	-	(4.642)
Outras	(2.221)	-
Indenizações Trabalhistas	(1.635)	(2.954)
Total	(3.856)	(7.596)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(248)	-
Ganhos/(Perdas) de Capital	(317)	-
Outras Receitas/(Despesas)	-	97
Total	(565)	97

29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de junho de 2016 e 2015, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	1.463	71.375
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(321)	(1.144)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(40.667)	(21.285)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(40.656)	(35.554)
Base de cálculo - CSLL	(39.524)	48.946
Base de cálculo - IRPJ	(39.514)	34.677
CSLL - 20%	7.905	(7.342)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	9.911	(8.360)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	17.816	(15.702)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	17.816	(15.702)

30. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado Original preza por uma estrutura organizacional e de processos que permite um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesse e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência da identificação, mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Os normativos internos que qualificam e regem o ambiente interno de gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico para consulta.

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Conglomerado disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Conglomerado considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas.

A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACIR's – Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Conglomerado como um todo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado anualmente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Conglomerado e suportam o planejamento de liquidez da Instituição.

As principais variáveis utilizadas pelo Conglomerado para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo

A Diretoria do Conglomerado Original é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco, assim como a política de risco de crédito. Neste contexto governacional, é função da área de Riscos monitorar, analisar e gerar indicadores, controlando a exposição ao risco de crédito da Instituição, de forma independente das áreas de negócios, reportando a alta administração possíveis desvios, ademais de estipular as reservas financeiras prudenciais necessárias.

31. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2016, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, montam em R\$ 215.649 (30/06/2015 - R\$ 288.156), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 30 de junho de 2016 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos (30/06/2015 - R\$ 154), pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 282 (30/06/2015 - R\$ 1.226).

b. Seguros

O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Conglomerado mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2016, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 322 (30/06/2015 - R\$ 3.515), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 9 (30/06/2015 - R\$ 61). A Administração do Conglomerado considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

d. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimo de curto prazo junto as instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 30 de junho de 2016, o Conglomerado atende todos os índices financeiros.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco Original S.A., de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco Original S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Presidente. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com o responsável pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30.06.2016.

O Comitê de Auditoria emitiu 04 recomendações ao longo do primeiro semestre de 2016. As recomendações foram classificadas em de implantação necessária(1) e de implantação desejável (3). Todas as recomendações de implantação necessária foram aceitas.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. de 30.06.2016 do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco Original S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

São Paulo, 23 de agosto de 2016.

Comitê de Auditoria
Marcelo Habice da Motta
Miguel Burgos Neto